

“POLÍTICA NÃO SE DISCUTE”: UMA ABORDAGEM SOBRE A DISCURSIVIDADE DESSE ADÁGIO BRASILEIRO¹

Maria Regina de Moraes

PG/UEMS

Resumo: Este artigo tem como objetivo a reflexão sobre a conduta do povo brasileiro em questões políticas, a partir da discursividade que envolve o adágio popular “política não se discute”. Tal assunto chega a ser quase um “segredo de Estado”, ou até visto como um ato proibido para não criar conflitos entre as pessoas que de alguma maneira precisam conviver. Assuntos políticos, no Brasil, são considerados ainda de cunho masculino, envolvendo somente a elite dominante de grande prestígio de todas as classes sociais; ou de trabalhadores ditos “revoltados” por não terem se dobrado à ideologia dessa mesma elite que, para o senso comum, não só é detentora do capital, mas também da arte de governar e bem representar a nação (*status* social). Althusser em sua obra “Os aparelhos ideológicos do Estado” desvenda tais ideologias de maneira esclarecedora para que possamos compreender tais fragilidades históricas da cidadania democrática brasileira no sistema capitalista.

Palavras- chave: Cultura, História, Cidadania, Política, Discursividade.

Introdução

Trabalhando e observando a participação política através da nossa vivência na atuação sindicalista, notamos que a população comum, até a classe média brasileira, via de regra, pouco discute política, ou até mesmo evita provocações partidárias, principalmente entre classes sociais diferentes. O que parece existir nesse cotidiano político é um preconceito entre as classes, entre ideias de elite e ideais do “povão”, e os que se colocam como classe média muitas vezes se dividem entre essas ideias e ideais, se for a favor da elite

¹ Este é um trabalho de disciplina de Análise do Discurso ministrada pelo Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, Mestrado em Letras, UEMS – Campo Grande.

não existe certeza de estar ajudando sua classe e se parecer concordar com os ideais do “povão” poderá parecer um ignorante político perante as ditas elites, então se cala!

Foi destacada a ideia da elite no conceito de uma elaboração de conceitos necessários para manutenção no poder de pessoas “estudadas” e preparadas economicamente para liderarem. Quanto aos ideais do “povão”, estão sendo colocados no aspecto de conquistas políticas, econômicas e sociais, através dos seus direitos de cidadania democrática, em que o que parece mais importante é ter um representante, com ou sem diploma superior, que melhore seu padrão de vida.

A classe média, que temos como classe intermediária entre elite dominante e trabalhadores assalariados, é representante também dessa “marca social”. Entre ela, ainda, pode ser observado, no que diz respeito ao modo de se comunicar, um forte traço cultural demarcado pelo uso de provérbios ou adágios. Nesse aspecto procuramos entender como e por que os provérbios populares indicam poderes simbólicos e como solidificam costumes que inviabilizam ou atrasam avanços na conduta para a cidadania da população brasileira, que levaram e levam o povo brasileiro a hostilizar, desprezar e até banalizar essa participação tão necessária à formação social de uma nação, ou seja, por meio da discursividade por trás do uso de provérbios, perceber que sentidos têm se construído e que ideologias têm sido atuante.

A presença dos provérbios na cultura brasileira

Procurando entender a importância dos provérbios, e ou ditos populares, Luís da Câmara Cascudo dizia que: “os ditados populares sempre estiveram presentes ao longo de toda a História da humanidade” (SITE sobre ditados-populares-e-seus-significados, 16/01/2013) No Brasil isso não é nenhuma novidade, a sabedoria popular aparece até mesmo como forma de explicar a própria ignorância do povo brasileiro.

Conforme SERAFIM, 2002

Política não se discute, a pretensa sabedoria desse provérbio, assim como em todos os outros, se esconde por detrás do provérbio maior "a voz do povo é a voz de Deus". Pois, se Deus fala por meio do povo, e este possui seus provérbios, então devem estar certos, não é mesmo? Mais tarde descobri que a tal da voz do povo é, muitas vezes, ecos das vozes dos "donos do poder".(SERAFIM, 2002, p.01)

Muitas vezes ocorrem expressões tão estranhas e aparentemente sem sentido, mas que são muito importantes para a nossa cultura ou histórico popular. Na construção da nossa República que foi conquistada há somente 125 anos, tivemos períodos ditatoriais, de 1930 a 1945 com Getúlio Vargas e depois de 1964 a 1984 com os militares que atrasaram ainda mais o exercício político da população. Não bastasse ainda, as seis constituições entre 1889 a 1967 colaboravam apenas com as elites dominantes, as chamadas oligarquias. Por isso a nossa República sempre pareceu terra de ninguém ao brasileiro, observamos nas ruas, patrimônios públicos, etc., marcas desse sentimento pois são depredados, desprezados e pichados.

Essas propriedades nunca pareceram lhes pertencer, mesmo porque as coisas da política, as obras públicas de luxo que os políticos fazem, a pouquíssimas delas a população tem acesso. Olhando os edifícios públicos, os palácios de poderes, executivo, legislativo e judiciário, percebemos que estão longe de retratar nossos casebres e favelas que são maioria das moradias, essa violência estrutural e moral é conservada pela república dos tempos coloniais. Essas estruturas administrativas também vão fazer parte da construção ideológica de poder da classe dominante.

Conforme o autor, FAORO, (1998, p. 870), "o Brasil da burguesia mercantil e patriarcal com pretensões aristocráticas foi formado por políticos civis e por oficiais militares do Exército em formação, constituído principalmente por bacharéis, médicos e clérigos nas mesmas estruturas sócio - coloniais".

Com toda essa estrutura social se organizando, a população vai construindo simbolicamente o modelo de sujeito que deve participar e pertencer ao universo político de um país. E em um segundo momento a violência com que a população simples é tratada quando ao participar é menosprezada e até vulgarizada. “Política não se Discute”, reflete uma ideologia implantada dos Aparelhos Ideológicos de Estado pela camada e não classe dominante, pois no Brasil as classes sociais capitalistas se aproximam mais dos estamentos medievais do que da de *status sociais*.

É relevante observar, no quadro a seguir, os presidentes brasileiros em suas respectivas profissões e estados de origem.



<http://souchocolateenaodesisto.blogspot.com.br/2011/11/brasil-122-anos-de-republica>

Nome	Estado de Origem	Profissão	Período
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca	Alagoas	Militar	1889 – 1991
Marechal Floriano Vieira Peixoto	Alagoas	Militar	1891 – 1894
Prudente José de Moraes e Barros	São Paulo	Advogado	1894 – 1898
Manuel Ferraz de Campos Sales	São Paulo	Advogado	1898 – 1902
Francisco de Paula Rodrigues Alves	São Paulo	Advogado	1902 – 1906
Afonso Augusto Moreira Pena	Minas Gerais	Advogado	1906 – 1909
Nilo Procópio Peçanha	Rio de Janeiro	Advogado	1909 – 1910
Hermes Rodrigues da Fonseca	Rio Grande do Sul	Militar	1910 – 1914
Venceslau Brás Pereira Gomes	Minas Gerais	Advogado	1914 – 1918
Delfim Moreira da Costa Ribeiro	Minas Gerais	Advogado	1918 – 1919
Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa	Paraíba	Professor	1919 – 1922
Arthur da Silva Bernardes	Minas Gerais	Advogado	1922 – 1926
Washington Luís Pereira de Sousa	Rio de Janeiro	Advogado	1926 – 1930

<http://fazendohistorianova.blogspot.com.br/2011/05/republica-velha-no-brasil-1889-1930.html>

Com exceção dos presidentes de transição e dos que já estão no primeiro quadro temos, Getúlio Vargas (advogado e latifundiário), General Eurico Gaspar Dutra (Militar), depois dele temos a volta de Getúlio Vargas, JK (Médico), João Goulart (advogado e latifundiário), de 1964 a 1984 (todos Militares), José Sarney (Advogado), Fernando Collor de Mello (Jornalista, economista e empresário), Itamar Franco (Engenheiro Civil), Fernando Henrique Cardoso (Sociólogo Neoliberal), Luiz Inácio Lula da Silva (Metalúrgico) e Dilma Rousseff (Economista).

Rubem Alves, "Estórias de quem gosta de ensinar — O fim dos Vestibulares", 1995, pág. 81, descreve de forma poética e com muita propriedade a ideologia dominante de forma lúdica nossa tragédia cotidiana.

Urubus e sabiás. "Tudo aconteceu numa terra distante, no tempo em que os bichos falavam... Os urubus, aves por natureza becadadas, mas sem grandes dotes para o canto, decidiram que, mesmo contra a natureza, eles haveriam de se tornar grandes cantores. E para isto fundaram escolas e importaram

professores, gargarejaram dó-ré-mi-fá, mandaram imprimir diplomas, e fizeram competições entre si, para ver quais deles seriam os mais importantes e teriam a permissão para mandar nos outros. Foi assim que eles organizaram concursos e se deram nomes pomposos, e o sonho de cada urubuzinho, instrutor em início de carreira, era se tornar um respeitável urubu titular, a quem todos chamam de Vossa Excelência. Tudo ia muito bem até que a doce tranqüilidade da hierarquia dos urubus foi estremecida. A floresta foi invadida por bandos de pintassilgos tagarelas, que brincavam com os canários e faziam serenatas para os sabiás... Os velhos urubus entortaram o bico, o rancor encrespou a testa, e eles convocaram pintassilgos, sabiás e canários para um inquérito. — Onde estão os documentos dos seus concursos? E as pobres aves se olharam perplexas, porque nunca haviam imaginado que tais coisas houvessem. Não haviam passado por escolas de canto, porque o canto nascera com elas. E nunca apresentaram um diploma para provar que sabiam cantar, mas cantavam simplesmente... — Não, assim não pode ser. Cantar sem a titulação devida é um desrespeito à ordem. E os urubus, em uníssono, expulsaram da floresta os passarinhos que cantavam sem alvarás. MORAL: “Em terra de urubus diplomados não se houve canto de sabiá.”

Coroando a exposição sobre os provérbios populares não poderia de deixar de comentar tão oportuna criação de Rubem Alves, de “Urubus e sabiás”, o qual conclui com uma lição de moral ligando a obtenção de diploma universitário diretamente as condições de ser um representante político no Brasil, ou qualquer outra posição social condicionada a formação ou preparação letrada, também como os nossos vestibulares. Pode estar nos provérbios populares as ideologias dominantes, mas na literatura podemos vislumbrar a alma humana.

Pensamento Neoliberal ou Neocolonial?

Tratamos aqui e agora de entender o raciocínio dos discursos da nossa dita elite que se diz pensante e proprietária, que mudaram a denominação econômica mas não os meios de dominação, o que demonstra em acreditar ser opção da nossa classe trabalhadora não se esforçarem o suficiente para ter uma ascensão social, e não por falta de oportunidade e investimento que o estado e o sistema burguês deveriam oferecer para própria manutenção dessa mesma burguesia.

O que se constata, mas para muitos que representam o neoliberalismo, é um entrave ao crescimento econômico, o que eles chamam de assistencialismo, é o que vem salvando não só a pequena burguesia (comerciantes e profissionais liberais), como também as grandes empresas mundiais, apesar desse capital repassado para a população parecer despesa a mais para o Estado, na realidade está voltando para o pequeno até chegar ao grande burguês.

O desprezo discursivo e ideológico da classe dominante para com a classe operária em nosso país é histórica e grotesca desde a escravidão que legitimaram pelas necessidades econômicas de produção e a justificativa pela Igreja Católica de os negros não terem alma, na realidade, foi e ainda é um olhar “tosco”, opaco da realidade social para o desenvolvimento do próprio capital. A ideologia neoliberal presume um modelo de Estado sem empresas estatais, com distribuição equitativa de renda e qualificação profissional da grande maioria da população, para poderem desarticularem os sindicatos e empregarem por contratos. O que vemos hoje em nossa organização de Estado é um sistema de ideologia neocolonial, onde grandes empresários nacionais e internacionais comandam o mercado interno explorando com avidez nosso operariado e matéria prima.

Nessa perspectiva da manutenção da ideologia dominante no cotidiano cultural do brasileiro, mesmo ele tentando exercer a cidadania os provérbios populares sempre o rodeia, pois em discussões particulares ou coletivas quando esse sujeito percebe que suas argumentações estão asperamente atacadas com argumentos muitas vezes ideológicos, como racistas e preconceituosos, e não práticos, esse ou esses sujeitos habilmente dizem, “Bom gente, bem que o dito popular diz, ‘Política não se discute’ não é”. E fim de papo.

A alienação do povo brasileiro e o modelo construído de sociedade

Como já foi dito, a ideologia política que circula em nossa sociedade, é por assim dizer, a dominante, ou seja, a coronelista, a elitista, a mesma que, no passado, formam e estruturam nosso país. Os fatores ideológicos contidos em nossa cultura, que protegem as

instituições mais alienantes do nosso povo são, a religião cristã e a classe burguesa de pensamento aristocrático. FAORO, 1998, p.870, as descreve como “aqueles que tratam a coisa pública como extensão de seus negócios privados”.

A segregação da população mais simples, trabalhadora do Brasil foi sendo construída não só ideologicamente, mas também pela violência, que era legitimada pelo convencimento da culpabilidade que lhes era imputada a partir da desobediência às autoridades deste mundo e também o “celeste”, o pós morte carnal, que vinham através à duras penas físicas, como espancamentos e aprisionamentos, e na religião, o flagelo e o medo da excomunhão e do inferno.

O Estado então, com seus líderes que eram e ainda são levados a serem vistos como “salvadores da pátria”, tirando o direito da população das participações políticas hostilizando suas opiniões, mesmo porque tais ideologias deixavam bem claro que o universo político não era pra qualquer um, e sim para quem fosse preparado (estudado) e bem nascido (ditos os ricos).

No entanto, como defende (ALTHUSSER, 1985, p. 71/72), “O indivíduo é destituído de toda liberdade, exceto a de aceitar sua submissão. Ele se sujeita a uma ideologia dominante, e isso o define na sociedade”.

Fazendo um resgate histórico das nossas Constituições, conseguiremos perceber que, das sete que já tivemos, apenas a de 1998 realmente colocou toda população brasileira no exercício da cidadania, pena ser obrigatório, ou seja, se o cidadão não votar será multado, até nossa democracia é obrigatória. SERAFIM, 2002, descreve,

Essa perigosa indiferença dos cidadãos pelos assuntos políticos pode ser denominada de "qualunquismo", do italiano "qualunque", que significa "qualquer um", "qualquer que seja". Essa palavra, que você não encontrará nos dicionários brasileiros, se traduz por frases apáticas do tipo "todos os políticos são iguais". O qualunquismo é um prato cheio para os "donos do poder", porque desloca a atenção dos eleitores para outras características do candidato que não seja sua competência política em administrar o bem

comum, desestimulando o debate. (SERAFIM, 2002, p. 01)

Considerações finais

Como resultado de todo esse histórico, a conclusão tem sido: “Política não se discute”, um adágio popular que mostra o desconhecimento e o descontentamento do povo sobre a política e se realmente é ela que vai ou não determinar sua qualidade de vida familiar, colocação profissional, equilíbrio psíquico e sua vida mais ou menos curta, ou seja, tudo vai depender de como o país vai ser organizado e administrado, e, em um sistema democrático, onde a população tem o poder da decisão, banalizar um direito político é “entregar o ouro ao inimigo”. Nesse caso, o ouro é a qualidade de vida.

Apesar de vários fatores que nos levam ao desânimo, vivenciamos, com a reabertura política após 1984, uma reação da população, apesar da nossa equivocada mídia que sempre boicotou qualquer resquício de possibilidade de um candidato do povo ser eleito. Quando elegeram um presidente vindo das camadas mais baixas da população brasileira, com instrução técnica, e de um partido voltado aos trabalhadores, com ideologias políticas diferentes dos partidos das elites, a população representante dessa elite, ou que por ela se deixam influenciar, reagiu e está reagindo. E mais, estão tentando impedir melhores desempenhos desse partido que hoje está no poder federal por meio das mais promíscuas distorções sobre as intenções e ações políticas para poderem desviar as intenções de votos das classes baixas, hostilizando seus candidatos e posturas partidárias.

Quando se abre uma discussão política, seja ela pela televisão, ou em algum círculo de amizade ou coleguismo, percebem-se deboches e humilhações aos que demonstram ser favoráveis a candidatos populares. Para tal, são usadas frases extremamente irônicas como, “vai jogar seu voto fora”, “cada povo tem o governo que merece”, etc. Sempre procurando menosprezar e ridicularizar o candidato dos partidos mais proletários. Essas intimidações que muitas vezes, ainda, são ofensivas e de vertente demagógica, fazem com que muitos brasileiros não falem de seus candidatos, não usem seus símbolos, tudo para evitar conflitos e

intimidações.

Os ditos populares estão carregados de ideologias dominantes por desconhecerem suas reais intenções, que por muitas vezes são desfavoráveis à própria população, o famoso “tiro no pé”, que é o que mais os deixa segregados do universo das decisões políticas. Os fatores ideológicos dos discursos que sabemos representar a classe dominante nos revela, por consequência, um discurso carregado de falhas no que diz respeito à falta de maturidade/conhecimento político para o mundo capitalista globalizado, que tanto necessita de consumidores com IDH (índice de desenvolvimento humano) dando continuidade a burguesia no poder político e econômico para a permanência da exploração desse mesmo capital social.

Nossos estudos de como um provérbio interfere na vida política da sociedade brasileira convergiu principalmente com a obra de Althusser, em Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado, buscando compreender nosso analfabetismo e apatia aos discursos políticos, e por isso nos omitindo.

Buscando compreender o poder simbólico desse “mito” discursivo, o adágio, o resultado até então é a constatação de que quanto menor é a consciência política de um povo maior a sua submissão. Por consequência, na outra ponta observa-se uma elite dominante, que por acreditar em distinções de hierarquia é ignorante e violenta, insaciável por poderes nas diversas ordens, seja política, econômica ou social e, conseqüentemente, essa mesma elite é vulnerável e submissa a povos mais organizados política e economicamente, os ditos desenvolvidos, perpetuando assim o *status quo* político da colonização.



Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. Freud e Lacan, Marx e Freud. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ALVES, Rubem. "Estórias de quem gosta de ensinar — O fim dos Vestibulares", editora Ars Poética — São Paulo, 1995, pág. 81

CARNOY, Mártin. *Estado e Teoria Política*. Editora Papyrus, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Locuções tradicionais no Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo, Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1986. *Reconquista do Brasil* (nova série), p.93

CASCUDO, Luís da Câmara. *Locuções Tradicionais no Brasil*. São Paulo, Editora Global/2008.

FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 13. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. SP, Pontes, 2005.

SERAFIM, Mauricio C. . *Política não se discute!*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, Maringá (PR), 2002.



EDIÇÃO 22 - ABRIL DE 2023
ARTIGO RECEBIDO 01/01/23
ARTIGO APROVADO ATÉ 01/02/23

JORNAL DE TODOS OS BRASIS – Disponível em:

<http://tokdehistoria.wordpress.com/2013/01/16/ditados-populares-e-seus-significados-e-gundo-cascudo/> Acesso em 15/07/2022

JORNAL DE TODOS OS BRASIS – Disponível em:

<http://jornalggn.com.br/blog/iv-avatar/o-significado-de-alguns-ditados-populares> Acesso em 15/07/2022

LINKS DAS IMAGENS

<http://souchocolateenaodesisto.blogspot.com.br/2011/11/brasil-122-anos-de-republica.html>

<http://fazendohistorianova.blogspot.com.br/2011/05/republica-velha-no-brasil-1889-1930.html>